

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ÉTICO-MORAL

JORDI PUJADAS RIBALTA

Arbúcies, Catalunya

Com frequência nos perguntamos se os humanos e a humanidade progredimos, ética e moralmente. Não há dúvida sobre o desenvolvimento científico e tecnológico, mas não se detecta paralelismo entre as novas invenções e descobertas, e a implantação e generalização de ética e moral mais humanas. Estão ainda em vigor leis e costumes que justificam diversos atos que prejudicam outros seres e o entorno.

Mas quais referências temos para considerar que a pessoa ou grupo de seres humanos estão avançando em sentido moral? Não podemos nos fiar em normas e costumes ultrapassados, arbitrários, ou que se baseiem unicamente no bem ou mal, a partir de ponto de vista exclusivo.

A proposta feita por Lawrence Kohlberg, em meados do século passado, nos ajudaria: um olhar para o desenvolvimento moral à semelhança dos estágios de desenvolvimento cognitivo estabelecidos por Jean Piaget. A partir do estudo de dilemas morais, Kohlberg chegou à conclusão de que os arrazoamentos que fundamentam valores e normas morais de diferentes culturas seguem pautas e estruturas similares e esquemas universais. Todos nós podemos evoluir a partir de esquemas mais infantis e egocêntricos; para outros, mais maduros e altruístas. Seria o caso, portanto, de educar para um desenvolvimento integral. Ele estabeleceu três grandes níveis, cada um com dois estágios ou etapas, totalizando seis etapas de maturidade crescente e com arrazoamentos morais diferentes.

I) Nível pré-convencional: as normas são realidade externa, respeitadas apenas em função das consequências (prêmio, castigo) ou do poder de quem as estabelece. O indivíduo não compreende que as normas são convenções para o bom funcionamento da sociedade.

O **primeiro estágio**, *heteronomia*, assim se caracteriza porque a pessoa percebe a lei moral somente como imposição dos outros, externa.

Observando o crescimento das pessoas, em geral, percebe-se que essa etapa corresponde aos cinco ou seis primeiros anos de vida, quando a menina ou o menino não sabem o que é certo e errado, até que o censurem ou o recompensem. Nem todo mundo evolui igualmente e há pessoas adultas que continuam agindo dentro desse estágio. É o caso dos corruptos e delinquentes.

O **segundo**, *individualismo*, ocorre quando a pessoa assume as normas, caso favoreçam os próprios interesses. Nesse ponto a pessoa descobre normas de jogo e de convivência que cumpre por egoísmo; e compreende que se não cumprir as regras, não a deixarão brincar. É o estágio de “se você me respeita, eu respeito você”, “faça o que quiser, desde que não me perturbe”. A “Lei de Talião” estaria nesse nível.

II) Nível convencional: a pessoa vive em identificação com o grupo: quer responder favoravelmente às expectativas dos outros sobre ela. Identifica o que é bom ou o que é mau de acordo com o que a sociedade assim considera.

O **terceiro**, *expectativas interpessoais*, caracteriza-se pelo desejo de agradar, ser aceita e amada: “decido aquilo que o grupo espera de mim”. Fazer o que é certo significa atender às expectativas das pessoas próximas. Isso levaria a conflitos pessoais, pela vivência de expectativas contraditórias. Estágio próprio da adolescência, mas há adultos que nele permanecem. Querem se fazer amadas, mas deixam-se levar pelos demais: valores do grupo, modas, o que dizem os meios de comunicação.

No **quarto**, *normas sociais estabelecidas*, o indivíduo é leal às instituições sociais vigentes; para ele, fazer o certo é cumprir as normas socialmente estabelecidas para proporcionar um bem comum. Ele faz o bem e evita o mal, mas não por medo e nem para agradar aos outros. Cumpre as normas por responsabilidade. Tem consciência dos

interesses gerais da sociedade, que lhe despertam um compromisso pessoal. Constitui a idade adulta da moral. Sua única limitação é que se restringe a um círculo: trabalho, família, amigos, país. Kohlberg considera que é o estágio no qual se encontra a maioria da população, em uma sociedade democrática madura.

III) Nível pós-convencional: a pessoa compreende e aceita os princípios morais gerais que inspiram as normas: os princípios racionalmente escolhidos pesam mais do que as normas.

No **quinto**, *contrato social*, a pessoa supera o círculo local e se abre para o mundo. Reconhece que, além da própria família, grupo e país, todos os seres humanos têm direito à vida e à liberdade, direitos que estão acima de todas as instituições sociais ou convenções. É um reconhecimento com fatos, não somente com palavras. A abertura ao mundo leva ao reconhecimento da relatividade de normas e valores, mas assume que as leis legítimas são somente aquelas obtidas por consenso ou contrato social. Portanto, a uma norma injusta impõe-se a obrigação moral de não aceitá-la.

No **sexto**, toma-se consciência de que há *princípios éticos universais* que devem ser seguidos e que têm prioridade sobre as obrigações legais e institucionais convencionais. O indivíduo age de acordo com esses princípios porque, como ser racional, percebe seu valor e sente-se comprometido a segui-los. É o estágio da “regra de ouro” da moralidade: “fazer ao outro o que quero para mim”. E tem-se a coragem de enfrentar as leis que atentam contra os princípios éticos universais. O estágio moral mais alto, de Mahatma Gandhi ou Rigoberta Menchú – para dar aqui exemplos de referência –, e de todas as pessoas que vivem e viveram profundamente a moralidade, na vida pública e discrição do anonimato.

A luta pelas Grandes Causas aproxima os estágios do último nível, mas também é preciso considerar a multidão, conhecida somente em seus “pequenos” âmbitos familiares e locais, que dão muito sem nada pedir em troca.

Em diferentes épocas e distintos lugares encontramos pessoas que tiveram atitudes altamente

morais, mas é verdade que essas atitudes não se generalizaram. Portanto, devemos aproveitar todos os recursos, inclusive os das atuais tecnologias da comunicação, para compartilhar conhecimento, refletir e educar para o aprimoramento ético dos indivíduos e sociedades humanas.

Além do mais, é preciso reconhecer as contradições que frequentemente ocorrem quando se passa pelo dilema entre ações de luta pelas Grandes Causas e outras, de compromisso com a família, relações pessoais ou vida cotidiana. Os níveis mais altos de moralidade acontecem quando uma luta começa e termina, levando em conta as Pequenas Grandes Causas.

A educação é fundamental para o desenvolvimento bem orientado, rumo à ação ética e moral, começando pelo âmbito familiar e tendo continuidade na educação formal e informal, com o apoio dos meios de comunicação. Atualmente, a referência ética de maior consenso reside nos direitos humanos, mas não basta aceitar seu valor; nossas posições individuais, decisões, compromissos e ações pessoais e coletivas devem ser coerentes. Mas qual metodologia utilizar para educar?

Não descobriremos nada novo se nos lembrarmos que em primeiro lugar é preciso ter bons modelos, mas é igualmente verdade que frequentemente não bastam, ou não há, ou não chegam no momento correto. Por essa razão, enquanto ajudamos os alunos em seu desenvolvimento cognitivo, ao mesmo tempo precisamos proporcionar-lhes dilemas morais sobre os quais deverão refletir e expressar as decisões que tomariam se fossem protagonistas. Antes devem debater causas e consequências, segundo diversas alternativas possíveis.

O processo (dilema, causas, alternativas possíveis, consequências de cada uma e, finalmente, tomada de decisão) seria aplicado a situações cotidianas familiares e informais. No caso de situações de educação formal, acrescenta-se uma proposição comum, esclarecem-se os valores em jogo e conclui-se com a simulação na qual diferentes alunos adotam diferentes papéis. Quanto às situações da vida pública e difundidas pelos meios de comunicação, a proposição serviria para uma análise que leva a tomar boas decisões como cidadãos, consumidores ou eleitores. □